

A crise internacional e seu impacto no Brasil

RUBENS RICUPERO, LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA, JOSÉ ANTONIO OCAMPO e LUÍS NASSIF

DIANTE da crise financeira que assolou os mercados nos últimos meses, *ESTUDOS AVANÇADOS* recorreu aos préstimos de alguns de seus colaboradores para trazer ao leitor análises e críticas sobre as implicações desse episódio no mundo e particularmente no Brasil.

Deixamos aqui consignado os nossos agradecimentos aos professores Rubens Ricupero, Luiz Carlos Bresser-Pereira, José Antonio Ocampo e ao jornalista Luis Nassif pela presteza com que atenderam aos nossos pedidos de colaboração.

A crise financeira e a queda do muro de Berlim

RUBENS RICUPERO

JOSEPH Stiglitz observou que a crise financeira afetará o fundamentalismo de mercado com força devastadora comparável à que teve a queda do muro de Berlim sobre os destinos do comunismo. A imagem é poderosa, mas o que Stiglitz deixou de dizer é que a ligação dos dois episódios é mais que meramente simbólica. Um e outro constituem expressão da mesma tendência histórica e a queda do muro se insere, mesmo que de maneira indireta, entre as causas da crise financeira. Na verdade, o desaparecimento do contrapeso representado pelo socialismo ajudou a liberar as forças originadoras dos excessos financeiros que iriam desencadear o derretimento do sistema especulativo de anos recentes.

Quase nada se publicou sobre as engrenagens políticas e ideológicas da crise financeira. Chama a atenção o contraste entre a fartura de análises econômicas minuciosas da crise e a ausência ou inexpressividade de comentários dedicados ao quadro político-ideológico que tornou possível seu desencadeamento. A política aparece às vezes como pano de fundo referencial, mas pouco se fala sobre o processo pelo qual setores ligados às finanças conquistaram posição predominante no sistema político dos Estados Unidos e dos principais países oci-

dentais, colocando o Estado a serviço dos interesses financeiros de maximizar lucros com o mínimo de restrições e fiscalização. O objetivo deste trabalho é tentar reequilibrar, ainda que de modo muito imperfeito e parcial, a assimetria dessas abordagens, suscitando um ou outro aspecto relevante a partir de uma perspectiva política e histórica. Sem, é claro, pretender mais do que apontar ou acenar para alguns elementos merecedores de aprofundamento em estudo mais abrangente e desenvolvido.

O ponto de partida é a profunda mudança sofrida pelo sistema internacional em decorrência dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Num balanço escrito dois anos depois da data fatídica, comentei que, em termos sistêmicos, isto é, tendentes a alterar a estrutura da organização das sociedades, a principal consequência havia sido “o súbito, intenso e contínuo *reforçamento do poder do Estado*, sua afirmação crescente perante o *mercado e a sociedade civil*”.

Um dos corolários dessa mudança é que a política e a estratégia tinham voltado, como em tempos de guerra, a adquirir total prioridade sobre a economia. Lembra que “após os atentados de setembro, o que salvou a economia não foi o livre jogo das forças de mercado [...], mas a injeção maciça de recursos financeiros no sistema e uma bem coordenada redução de juros por todos os bancos centrais dos países avançados, iniciativas levadas a efeito pelo *Federal Reserve*”, portanto um órgão do Estado (Ricupero, 2003).

Amortecidos os primeiros impactos dos atentados, retomado o vigor da expansão econômica depois de 2002, criou-se a impressão de que o mercado tinha recuperado sua autonomia em relação ao domínio da política. Fora desse cenário por excelência do reforço do Estado, parecia que a vigorosa e decisiva intervenção estatal havia sido mais uma exceção episódica e temporária do que antecipação de tendência que se fortaleceria e perpetuaria no futuro próximo. Temia-se no máximo que as novas condições de guerra permanente contra o terrorismo fundamentalista trouxessem pressões adicionais às dificuldades orçamentárias. Não se percebeu em princípio que o papel do Estado passaria a ser cada vez mais permanente como fator de estabilização de uma situação econômica de crescente desequilíbrio interno e externo.

Para o agravamento dos desequilíbrios concorreu poderosamente a proliferação sem precedentes de instrumentos financeiros e sua estonteante complexidade, não acompanhadas pela capacidade e vontade política e institucional de regulamentação e fiscalização. A melhor e mais acessível descrição que conheço desse processo é uma rigorosa pesquisa transformada em brilhante ensaio por Norman Gall, diretor-executivo do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. Publicado nos *Braudel Papers* sob o título *Dinheiro, ganância, tecnologia – A festa do crédito e a economia mundial*, pode ser facilmente acessado nas versões em português e inglês no *site* do Instituto. Praticamente todos os dados que utilizarei a seguir foram retirados dessa rica mina de informações e análises que recomendo vivamente ao leitor interessado em panorama mais completo da questão.

O trabalho cita levantamento feito pelo McKinsey Global Institute acerca da fantástica dimensão que assumiu a proliferação financeira. Em 1980, o estoque financeiro no mundo – compreendendo os depósitos bancários, os títulos de dívida privada, de dívida governamental e participações acionárias – era de 10 trilhões de dólares, mais ou menos equivalente ao valor do Produto Interno Bruto (PIB) mundial daquela época. Em 2006, ele passara a 167 trilhões de dólares, quase quatro vezes o produto mundial!

Apenas nesse ano de 2006 o estoque havia aumentado em 25 trilhões de dólares (mais de duas vezes o PIB dos Estados Unidos), expandindo-se em 18%, o triplo do ritmo de crescimento da produção internacional. A economia norte-americana detinha 56% dos ativos financeiros globais; esses ativos, que em 1980 representavam já 450% do PIB dos Estados Unidos, saltaram para 1.000% em 2007!

As reservas de moedas estrangeiras em poder dos bancos centrais tinham evoluído de 910 bilhões de dólares em 1990 para mais de 5 trilhões de dólares em 2006, expressão indisfarçável da aceleração da globalização financeira. Esta última se tornara possível à medida que o ambiente cauteloso e restritivo do imediato pós-guerra havia sido substituído por atmosfera de relaxamento cada vez mais acentuado. Durante um longo período, a lembrança da Grande Depressão mantivera as transações financeiras internacionais debaixo de estrita regulamentação. As operações transfronteiriças eram relativamente pouco frequentes. A preocupação com a segurança passava adiante do desejo de lucro ou do crescimento financeiro.

Foi só gradualmente que primeiro as economias avançadas, seguidas em graus variáveis pelas menos desenvolvidas, começaram a remover os controles de capital, promovendo a liberalização financeira. A abertura plena da conta capital da balança de pagamentos, isto é, a supressão de todas as restrições ao livre e desimpedido fluxo de capitais, tardou em ser adotada até no antigo bastião do liberalismo da era vitoriana, o Reino Unido, por muito tempo debilitado pela pesada herança da Segunda Guerra.

Alguns países europeus como a França e a Itália conservaram controles de capital até o início dos anos 1990. Ocorreu justamente nessa década a pressão mais sistemática e coordenada para a supressão dos entraves, oriunda do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, devidamente acolitado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Com um desastrado senso de oportunidade, o Fundo tentou tornar obrigatória a abertura completa da conta capital em meio à crise asiática de 1997, na reunião de outono conjunta com o Banco Mundial em Hong Kong à qual estive presente. Diante da reação, o FMI teve de resignar-se a postergar *sine die* a implementação da medida.

A década de 1990 tinha confirmado o vaticínio feito pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) em seu relatório do começo do decênio. Da crise do México e da Argentina (1994-1995), passan-

do pela que atingiu quase todos os países asiáticos (1997), a da Rússia e do Brasil (1998), culminando com a catástrofe que se abateria sobre a Argentina em 2001, a década se caracterizou pela frequência, intensidade e pelo poder destrutivo das crises financeiras e monetárias.

Infelizmente o coro triunfal da euforia financeira da época abafou e isolou vozes sensatas como as da Unctad ou de economistas como o professor Jagdish Bhagwati, da Universidade de Colúmbia, que tentaram em vão advertir os governos e a opinião pública sobre as diferenças cruciais que separam a liberalização comercial da financeira. Países com sistemas bancários e financeiros frágeis, dotados de mercados de capital pouco desenvolvidos, com baixa capacidade de regulamentação e de supervisão, correm riscos mortais ao permitirem o livre fluxo dos capitais. Esse perigo se manifesta tanto por meio do ingresso excessivo de recursos, gerando bolhas de investimento e depreciando a moeda local, quanto, no sentido inverso, pela fulminante e maciça retirada em momentos de pânico, dando origem à “morte súbita”.

Os custos para reverter a liberalização financeira prematura e cobrir as perdas decorrentes das crises alcançam porcentagens altíssimas do valor da economia, como pudemos ver, perto de nós, por ocasião do colapso argentino de 2001-2002. Com seu humor cáustico, Bhagwati comentou que sair voluntariamente da liberalização financeira prematura é como enviar uma carta pedindo demissão da Máfia...

Como explicar então que vírus dessa periculosidade tenha encontrado terreno tão fértil para sua propagação? É que, longe de se haver beneficiado de alguma tendência inelutável derivada da natureza das coisas, a proliferação financeira constituiu a política oficial perseguida e imposta vigorosamente pelo governo dos Estados Unidos, pelos criadores do Consenso de Washington, pela quase totalidade das organizações e dos bancos internacionais liderados pelo FMI e pelo Banco Mundial. Ela passou, por exemplo, a figurar como uma das condicionalidades obrigatórias dos empréstimos e pacotes de ajuda durante o processo da crise da dívida externa. Não se deveu isso exclusivamente a uma convicção de boa-fé, a uma ideologia equivocada, mas sincera da parte dos economistas e funcionários que povoam essas instituições.

Por trás do Tesouro norte-americano, do Departamento de Estado, do United States Trade Representative (USTR), órgão que negocia os acordos comerciais em nome do governo dos Estados Unidos, esteve invariavelmente presente uma pressão insistente e obstinada provinda do setor financeiro privado dos Estados Unidos. No período em que representei o Brasil nas negociações comerciais e, mais tarde, quando dirigi a Unctad, perdi a conta das ocasiões em que precisei receber delegações do setor financeiro americano interessadas em concessões na área de liberalização dos fluxos de capital.

Não é difícil compreender a motivação que impulsionava essa gente. O setor financeiro norte-americano ou, para abreviar, Wall Street, abarcava, em

1980, uma fração de 10% do total dos lucros corporativos das empresas estadunidenses. Em 2007, essa parcela tinha saltado para 40%! Conseguiram tal proeza apesar de serem responsáveis por apenas 15% do valor adicionado e 5% dos empregos. Não é por passe de mágica, nem por efeito de alguma misteriosa força natural que, em menos de uma geração, se consegue abocanhar assim quase metade da lucratividade do setor empresarial.

Um avanço dessa envergadura sobre o quinhão de outros setores não teria sido concebível sem o ativo e prolongado concurso do Estado, por meio de políticas regulatórias e pacotes de legislação do Executivo e do Congresso, pela adoção de estímulos e favorecimentos de toda ordem, inclusive tributários. A aliança do setor financeiro com o sistema político se concretiza, sobretudo, a partir da chegada ao poder de Ronald Reagan e de Margaret Thatcher, inaugurando a chamada “revolução” neoconservadora precisamente no período sob exame, entre 1980 e os dias que correm.

O arcabouço intelectual e ideológico para sustentar a ofensiva no terreno político havia sido erguido nas décadas anteriores por autores como Milton Friedman e Friedrich Hayek, pelos teóricos do movimento que nos Estados Unidos se denominou de “libertário”, em razão da ênfase colocada na mais completa liberdade de ação e iniciativa aos agentes econômicos. Wall Street, que sempre se opôs a qualquer regulamentação e supervisão de suas atividades com a alegação de que a intervenção governamental restringia as oportunidades de negócio e, por conseguinte, de lucros, encontrou em tal filosofia uma ideologia que lhe servia os interesses às mil maravilhas.

A hegemonia do setor financeiro coincidiu com fase de aguda concentração de renda e aumento da desigualdade. Essas tendências estão diretamente vinculadas a um dos postulados da “*supply side economics*” de Reagan: a concessão de rebates e reduções de impostos às faixas mais elevadas de contribuição.

Ao mesmo tempo se cortavam despesas sociais, encorajava-se a deslocalização de indústrias e sua transferência para países de baixos salários, eliminando muitos dos melhores empregos do setor industrial e acarretando a crescente precariedade do vínculo salarial estável. Não é de admirar que, em termos reais, tenha estagnado o poder de compra dos salários, abrindo caminho para o surgimento dos “*working poors*”, quer dizer, as pessoas que, apesar de terem empregos com longas horas de trabalho, não conseguem ganhar o suficiente para viver de modo decente.

A busca de oportunidades de ganhos para o setor financeiro esteve também na raiz da extraordinária onda de fusões e aquisições de empresas, seguidas de demissões em massa, justificadas sob o manto da necessidade de “criar valor para os acionistas”, uma das frases que simbolizaram o espírito da época.

Essas transformações não se deram por geração espontânea; foram o produto de escolhas políticas, da atividade determinante e das decisões do Executivo e do Congresso. Constituíram o resultado da ação política de um Estado a

serviço de interesses de setores econômicos influentes, em especial do financeiro. A manipulação ideológica esforçou-se, no entanto, em fazer crer que a evolução não passava de imposição irresistível da globalização econômica, como se esse fenômeno não pudesse ter inspirado respostas e políticas alternativas, conforme de fato ocorreu em outros países.

Em paralelo com as modificações que nos Estados Unidos reforçavam a convergência entre governo e setor financeiro, o colapso do comunismo real e a mudança de rumos na China completaram as condições necessárias para consolidar a hegemonia do modelo em ascensão. O primeiro pôs fim à divisão da Alemanha, da Europa e do mundo em dois blocos ideológicos e militares incompatíveis, possibilitando a unificação em escala planetária dos mercados para as finanças e o comércio. O segundo deu nascimento ao processo que garantiu 25 de anos de crescimento acelerado para a China, em parte graças às exportações ao mercado dos Estados Unidos e ao mecanismo pelo qual chineses e outros exportadores asiáticos financiam os déficits externos americanos com os dólares oriundos de suas exportações.

Mais uma vez, as transformações vieram de escolhas e decisões políticas, não de fatores econômicos autônomos. Sem essas decisões políticas, não se teria criado o contexto que favoreceu a proliferação financeira das últimas décadas. O enfraquecimento da social-democracia, das políticas de pleno emprego, do sistema de previdência e de bem-estar social deixou um vácuo doutrinário que facilitou o domínio ideológico dos fundamentalistas do mercado financeiro.

Mesmo assim, nada aconteceu de forma espontânea, por influência difusa das novas idéias que se disseminavam na atmosfera das culturas das economias desenvolvidas. Cada novo avanço, cada conquista importante do mercado financeiro necessitou da ação estratégica de personalidades ligadas a esse setor por formação, vocação e interesses, mas que ocupavam temporariamente posições centrais no governo, em particular nos órgãos decisórios sobre política monetária e financeira e nas agências regulatórias.

Um exemplo característico do processo pelo qual se tomaram as decisões que desembocaram na crise corrente foi a rejeição pelo Federal Reserve e o Departamento do Tesouro de todas as tentativas de outros setores do governo no sentido de estabelecer um marco regulatório para os derivativos, sobretudo os chamados “derivativos de mercado de balcão” (“*over-the-counter*”), um dos instrumentos novos de mais atordoante crescimento nos anos recentes. Os derivativos são contratos para transferir riscos entre participantes do mercado, em troca de uma comissão. Desde 1990, explodiram a uma taxa de 32% ao ano, chegando a 530 trilhões de dólares atualmente!

Uma longa e detalhada reportagem do *Washington Post* de 15 de outubro de 2008, assinada por Anthony Faiola, Ellen Nakashima e Jill Drew, intitulada “What Went Wrong”, reconstituiu a luta infrutífera da advogada Brooksley E. Born, então diretora da Commodity Futures Trade Commission (CFTC), para tentar, dez anos

atrás, em pleno governo Clinton, prevenir o desastre que a proliferação de derivativos ameaçava criar para a economia americana. Ela enfrentou na ocasião a oposição intransigente de, como diz o jornal, três legendas de Wall Street: Alan Greenspan, presidente do Federal Reserve, Robert E. Rubin, secretário do Tesouro, e Arthur Levitt Jr., diretor da Securities and Exchange Commission (SEC). Embora tenha prestado depoimentos nada menos que dezessete vezes no Congresso, a fim de alertar para os riscos dessa proliferação, a senhora Born foi praticamente proibida de continuar a tratar do assunto e acabou por deixar o cargo logo depois.

Reconstituições similares foram publicadas pelo *Wall Street Journal* a respeito do esforço de diretor já falecido do Federal Reserve para advertir as autoridades financeiras sobre o perigo do estouro da bolha imobiliária e dos procedimentos adotados em relação à multiplicação da concessão de hipotecas de alto risco (“*subprime mortgages*”).

O que indicam os exemplos relativos aos dois problemas responsáveis pela presente crise é que não foi por falta de advertência ou de conselhos técnicos que se deixaram de tomar as necessárias providências acauteladoras. Nem se deve atribuir a imprevisão e negligência das autoridades à inexistência de conhecimento técnico suficiente acerca das possíveis soluções. A razão da falta de ação oportuna, como fica evidente desses e de muitos outros relatos divulgados pela imprensa americana, residiu na oposição do setor financeiro a uma melhor regulamentação e supervisão, em razão do temor de que isso significasse uma diminuição de oportunidades de negócios.

A falsa alternativa de confiar nos supostos poderes de auto-regulamentação do mercado – máscara ideológica que tanto o republicano Greenspan quanto o democrata Rubin encontraram para rejeitar os remédios preventivos – revelou-se totalmente ineficaz. Possibilitou, todavia, a continuação por dez anos mais da festa de lucros exorbitantes para o setor a que ambos pertenciam e ao qual, cedo ou tarde, retornariam.

As análises puramente técnicas da crise financeira se limitam a descrever os mecanismos e elementos econômicos que ajudam a compreender a dinâmica dos acontecimentos. Omitem, entretanto, o principal: os fatores de poder, a correlação de forças políticas que permitiu a esses mecanismos funcionarem de modo a pôr em risco a estabilidade do sistema financeiro.

Cem anos atrás, ocorreu no capitalismo americano uma onda de concentração empresarial e financeira semelhante, sob alguns aspectos, ao fenômeno que precedeu o desencadeamento dessa crise. Nos cinco anos entre 1898 e 1902, empresas que representavam aproximadamente metade da capacidade de produção dos Estados Unidos se fundiram ou adquiriram outras companhias. Essa onda alterou profundamente a estrutura produtiva, introduzindo o *big business* no centro da economia e dando origem a gigantes tão poderosos que terminaram por provocar a criação da Federal Trade Commission e à aplicação mais enérgica da legislação antitruste.

O papel desempenhado pelo grande capital financeiro nessa onda de concentrações impressionou vivamente os contemporâneos e inspirou, entre outras, análises como as do marxista austríaco Rudolph Hilferding. Na época, um dos aspectos que mais haviam chamado a atenção dos observadores tinha sido a contribuição da onda concentracionária para o surgimento de um mercado nacional unificado em todo o território americano, onde antes existiam apenas mercados regionais. A concentração influenciou não apenas para o surgimento desse sistema unificado de produção, mas para a emergência de um sistema financeiro integrado.

A rapidez com que a atual crise se propagou, abalando bancos na Inglaterra, na Alemanha, na França, na Bélgica, nos Países Baixos, na Suíça, ocasionando verdadeira catástrofe nacional até na isolada Islândia, revelou que o sistema financeiro já atingiu grau de integração extremamente avançado em dimensão internacional. Os sistemas nacionais de regulamentação e fiscalização mostraram-se ineficazes para impedir que os produtos tóxicos inventados pelo setor financeiro americano contagiassem os que embarcaram na aventura da abolição completa dos controles. Ironicamente, somente escaparam dessa vez (até agora) os países considerados retardatários no processo de liberalização e, por essa razão, menos expostos às tentações dos instrumentos sofisticados e mortais que se espalharam a partir dos Estados Unidos.

A atmosfera intelectual imperante parece pouco propícia ao surgimento de alguma análise que desvende para o nosso tempo o contexto político-ideológico do sistema financeiro, como Hilferding tentou fazer em 1910 em seu *Das Finanzkapital*. Continua, porém, a ser tão importante como no começo do século XX entender o decisivo elemento de poder que se esconde atrás de fenômenos aparentemente de pura natureza econômica.

Escamotear as condições políticas que asseguraram a posição dominante do setor financeiro na economia dos Estados Unidos, do Reino Unido e de outros países ocidentais é condenar-se a não compreender os formidáveis obstáculos existentes no caminho de uma radical reforma do sistema. Não faz muito tempo, os escândalos de corporações gigantescas como a Enron, no qual estiveram implicados até a medula alguns dos mesmos agentes da crise atual – os bancos de investimentos e as agências de avaliação de riscos de crédito – inspiraram intenso fervor reformista. Chegou-se a acreditar que as providências legislativas e as regras corretivas adotadas, mesmo em termos de transparência contábil, seriam capazes de prevenir o aparecimento de problemas análogos. Não passaram mais de cinco anos para que colapso e escândalo incomparavelmente mais graves abalasses a mesmíssima Wall Street cenário daquele choque.

O que se verificou então e voltará provavelmente a ocorrer é que os defensores de um *status quo* apenas modificado para torná-lo menos disfuncional detêm poder político muito superior ao dos favoráveis a uma reforma em profundidade. A famosa denúncia do presidente Dwight Eisenhower contra o

complexo industrial-militar que dominaria o poder decisório nos Estados Unidos dos anos 1950 teria hoje de ser atualizada. Os que pesam mais no Executivo e no Congresso americanos pertencem agora ao complexo financeiro-político-militar. Num sistema político-eleitoral cada vez mais influenciado por gastos astronômicos, esse complexo inclui qualquer candidato de um dos dois partidos principais com perspectivas reais de chegar ao poder. Basta olhar para os nomes que integram as listas dos assessores econômicos dos dois candidatos às eleições de 2008 para reencontrar muitos dos personagens que se opuseram vitoriosamente a todos os intentos de regulamentar e fiscalizar de maneira mais estrita o sistema financeiro.

No plano internacional, a situação não é diferente. Fala-se muito num segundo Bretton Woods, mas se esquece de que o primeiro só foi possível no contexto da mais terrível guerra total registrada na história, conflito que destruiu o que restava do sistema econômico-financeiro já abalado pela Grande Depressão dos anos 1930. Os Estados Unidos da América, que representavam no fim da guerra mais de 50% de uma economia mundial em boa parte devastada, puderam reorganizar a ordem econômico-financeira de acordo com seus princípios e objetivos. Não obstante, a única reforma profunda introduzida nesse sistema foi o abandono pelo presidente Richard Nixon, em 1971, do sistema de paridade cambial estável referenciada a um valor em ouro, o que fez sem consultar ninguém no momento em que os interesses americanos assim o aconselharam.

A ordem econômica, da mesma forma que a ordem político-estratégica reconstruída em 1945, é expressão de uma determinada correlação de forças internacionais. Os países beneficiados pela presente estrutura do poder político e econômico mundial tendem, como sempre sucede nas relações internacionais, a ser defensores do *status quo* que os favorece.

Uma reforma autêntica, que reflita com fidelidade as modificações ocorridas no mundo desde o final da Segunda Guerra Mundial, acarretará necessariamente alguma redução no poder relativo das potências que ocupavam, sessenta anos atrás, posição muito superior à que ostentam em nossos dias. Haveria dificuldades extraordinárias para ampliar o restrito número de países que se reuniu em 1944 no famoso hotel Bretton Woods, New Hampshire, e transformá-lo em círculo decisório representativo ao menos em parte dos 193 membros da Organização das Nações Unidas (ONU).

Além disso, um Bretton Woods 2 informal já existiria na atualidade, segundo alguns economistas e consistiria na conhecida relação simbiótica entre os Estados Unidos, de um lado, e a China, Japão e asiáticos, de outro, ligados por dependência recíproca. Não há indícios de que algum dos lados cogite seriamente de pôr fim a essa dependência, que tem sido benéfica a todos eles.

A excepcional gravidade da corrente crise provavelmente obrigará a imposição de mudanças internas e externas, quando mais não seja para assegurar a sobrevivência do regime econômico. No marco interno dos grandes países

de economia avançada, haverá um período de alguns anos de intenso ativismo estatal e de sensível interferência regulatória e fiscalizadora, a fim de suprimir os piores excessos. Até que de novo se olvide tudo e, após certo tempo, voltem a surgir outros perigos nascidos da criatividade financeira estimulada pelo apetite de ganho. Ao menos é o que se pode concluir da longa e frustrante história das bolhas e dos escândalos financeiros, desde a especulação em torno das tulipas vários séculos atrás. A essa modalidade da história, talvez mais que a qualquer outra, aplica-se o paradoxo de Chesterton: “*History teaches us that History teaches us nothing*” [“A História nos ensina que a História não nos ensina nada”].

Externamente, se não se alterar de forma radical a correlação de forças, é difícil imaginar que o governo dos Estados Unidos aceite um tipo de reforma que lhe reduza o poder de modo substancial. Assim como o setor financeiro, temporariamente enfraquecido, não terá outro remédio senão aceitar por algum tempo a presença intrusiva do Estado, de igual maneira, os Estados Unidos acolherão a contribuição de parceiros como os europeus, japoneses, chineses, que lhes ajudem a gerir a crise. Os americanos continuarão, em outras palavras, a defender o *status quo* que criaram e dominam ainda, embora debilitados pela crise. Não se devem esperar, contudo, transformações profundas, de essência, nesse *status quo*.

Haverá quem diga que o problema é que esse *status quo* está em vias de mudar. É verdade, mas até que a mudança chegue a um ponto crucial, subsistirão as condições que, para Gramsci, caracterizavam a crise: o velho não acaba de morrer nem o novo de nascer; nesse interregno, todos os tipos de sintomas mórbidos aparecem.

Referência bibliográfica

RICUPERO, R. O mundo após o 11 de setembro: a perda da inocência. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.15, n.2, p.9-30, nov. 2003.

Rubens Ricupero é diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Foi secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad). @ – mpricupero@uol.com.br

Recebido em 22.10.2008 e aceito em 23.10.2008.